



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### **Proposta de Lei n.º 107/XII**

PL 502/2012

2012.10.31

#### Exposição de Motivos

Dando continuidade à reforma iniciada com a alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), operada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, através da qual se procurou criar as condições necessárias a estimular a recuperação das empresas que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, a presente lei prevê que os administradores da insolvência passem a ser designados, nos respetivos estatutos, pela terminologia «administradores judiciais», sempre que não esteja em causa a função específica de administração da insolvência.

Pretende-se, assim, desligar os administradores judiciais da símplice administração da insolvência, uma vez que o CIRE, com as últimas alterações que lhe foram introduzidas, atribui a estes auxiliares da justiça um papel mais amplo, mormente, pelas funções que lhes comete no âmbito do processo especial de revitalização. Acresce, ainda, que a terminologia ora adotada já vem sendo reconhecida, mesmo pela associação mais representativa do sector, como aquela que melhor reflete o âmbito funcional da atividade.

Por outro lado, definem-se os requisitos de acesso à atividade de administrador judicial, procurando-se colmatar um conjunto de questões colocados pelo modelo de acesso à referida atividade, tal como foi instituído pela Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto. Assim, se por um lado se mantêm boa parte dos requisitos já previstos na legislação portuguesa nesta matéria, passa a sujeitar-se os candidatos a administradores judiciais a um período de estágio, bem como a um exame no âmbito do referido estágio, pois reconhece-se que, com



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

as alterações legislativas mais recentes ao CIRE, as competências exigidas a estes auxiliares da justiça são mais alargadas, ressaltando a necessidade de se formarem administradores judiciais com cada vez mais competências na área da gestão, pois já não está em causa apenas liquidar empresas e massas insolventes, mas, outrossim, promover a sua recuperação, sempre que tal seja possível, o que implica uma verdadeira gestão de empresas e de patrimónios alheios.

É aliás o alargamento de competências que se exige aos administradores judiciais que justifica o facto de se estabelecer que a condição de solicitador não seja, por si só, um modo privilegiado para o acesso à atividade de administrador judicial.

A cada vez maior especialização que se exige aos auxiliares da justiça que se pretendem dedicar à administração judicial, seja no âmbito do processo especial de revitalização, seja no domínio das insolvências, impõe que haja cada vez maior apuro na filtragem das condições que devem ser consideradas como essenciais para o acesso à atividade. Ora, de entre tais condições habilitantes avultam, de um lado, um profundo conhecimento do direito comercial e das insolvências e, do outro, amplos conhecimentos de gestão, contabilidade e auditoria.

Assim, deixa de se facilitar o acesso à atividade de detentores de certos títulos profissionais, como até agora vinha sucedendo com os solicitadores e com os advogados, privilegiando-se a detenção dos aludidos conhecimentos nas áreas do direito e da gestão.

Não obstante, sempre se dirá, para dissipar eventuais dúvidas que possam ser colocadas pelo regime ora previsto, que se entende que os administradores da insolvência que tenham ingressado na atividade por via da sua qualidade de solicitadores devem poder continuar a exercê-la, devendo garantir-se, em todo o caso, que estes auxiliares da justiça adquirem os conhecimentos necessários para exercerem estas funções com plenitude de direitos, mas também, com a total observância dos deveres que impendem sobre os administradores judiciais por via da lei.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Para tal, estabelece-se que todos os administradores judiciais têm por dever frequentar as ações de formação contínua que sejam definidas pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, estimulando-se assim que a classe em questão pugne ativamente pelo aumento das suas capacidades para o exercício das funções que o Estado lhe confia.

Se é certo que em matéria de incompatibilidades, impedimentos e suspeições se mantém um regime muito similar ao previsto na Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto, por o mesmo se considerar adequado, adaptando-se as referidas regras à nova nomenclatura utilizada na presente proposta de lei, é de assinalar que se passa a permitir que um mesmo administrador judicial seja nomeado como administrador da insolvência ou administrador judicial provisório em diversas sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, indo-se ao encontro de várias sugestões apresentadas durante o processo de consultas a que a presente proposta de lei foi sujeita.

No que tange à matéria da idoneidade daqueles que pretendem exercer a atividade de administrador judicial, a presente proposta de lei vem reforçar os mecanismos de responsabilização dos administradores judiciais, impondo-lhes que, logo no momento da candidatura ao exercício da atividade, declarem que são idóneos para o exercício da respetiva atividade. Trata-se de exigir a estes auxiliares da justiça que assumam a sua capacidade para desempenhar tais funções, responsabilizando-se logo à partida pelo estrito cumprimento dos deveres a que se encontram sujeitos. Permitindo-se-lhes um maior raio de ação, exige-se-lhes, em contrapartida, responsabilidade acrescida no cumprimento das funções que lhes são confiadas.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

No que respeita à existência de listas oficiais de administradores judiciais, a presente proposta de lei mantém estrutura semelhante à já preconizada pelo regime vertido na Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto, fazendo-se agora corresponder a cada comarca uma lista de administradores judiciais, com o fito de conformar melhor a distribuição geográfica destes profissionais à organização judiciária que ora se encontra em reestruturação.

Adicionalmente, aproveita-se o ensejo para introduzir algumas alterações de regime que visam tornar mais simples os procedimentos ligados à elaboração e publicitação das referidas listas. Assim, atribui-se à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, a competência de organizar e publicitar tais listas, suprimindo-se a necessidade de envolver diretamente o Ministério da Justiça, através dos seus serviços, na realização desta tarefa burocrática.

Por outro lado, a presente proposta de lei prevê que o acesso à atividade de administrador judicial depende da frequência de estágio e da aprovação em exames finais, estabelecendo a lei as regras fundamentais que devem presidir ao estágio para ingresso na atividade de administrador judicial. Com efeito, durante o processo de avaliação sucessiva do regime das insolvências realizado pelo Ministério da Justiça, foi por muitos operadores judiciários referido que seria necessário investir numa melhor formação dos administradores judiciais, sendo o estágio a forma mais adequada de proceder à formação inicial dos novos administradores judiciais. A realização deste estágio, permite-lhes, por um lado, um contato direto com a componente teórica que enforma o exercício de tal atividade e, por outro, assegura a aquisição de experiência prática, acompanhada por administradores judiciais já experimentados, com efetiva atividade, para assim se facilitar o entendimento das principais tarefas e procedimentos a observar no correto exercício desta atividade.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

De referir, também, que se opta por consagrar um período de estágio bastante reduzido, pois julga-se que o mesmo é suficiente para que os novos candidatos à profissão adquiram as competências básicas para o correto exercício de tais funções, e ao mesmo tempo não se coloca em risco a desejável celeridade do processo de ingresso nesta atividade.

Assegura-se igualmente que todo o processo de estágio é supervisionado pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, mas abre-se caminho a que a preparação dos conteúdos teóricos ministrados bem como as avaliações a realizar sejam efetuadas por entidades com valências específicas nas áreas da formação e da educação. Visa-se com esta medida aumentar a qualidade dos administradores judiciais que venham a ser habilitados para o exercício da atividade.

No seguimento das alterações propugnadas em matéria de consagração de um período de estágio, revê-se também o processo de avaliação dos conhecimentos necessários para o exercício da atividade de administrador judicial. Assim, define-se que o exame passa a ocorrer após a realização do estágio, sendo a aprovação no mesmo essencial para que os novos administradores judiciais possam passar a exercer esta função.

Com o intuito de promover uma formação mais adequada dos administradores judiciais, alargam-se as matérias relativamente às quais devem ser prestadas provas pelos candidatos ao exercício destas funções. Assim, introduz-se, para todos os candidatos, a obrigatoriedade de possuírem conhecimentos na área da gestão, matéria essencial para o desempenho das novas funções ora cometidas aos administradores judiciais provisórios no âmbito do processo especial de revitalização previsto no CIRE, bem como por via da reorientação geral impressa ao regime da insolvência, que passou, com as últimas alterações introduzidas no referido Código, a privilegiar as recuperações, sempre que possíveis, em detrimento das liquidações generalizadas que vêm constituindo a regra em matéria de insolvência.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

É ainda de referir que se introduz um esquema de publicitação dos resultados dos exames e, mesmo, da publicitação da sua realização, bastante simples, mas que assegura, em nosso entender, transparência, passando o Portal Citius a ser o veículo indicado para promoção de tais atos de publicidade.

Novidade assinalável da presente proposta de lei é o facto de se elencarem os direitos que o exercício da atividade de administração judicial aporta aos titulares habilitados para o exercício de tal atividade num preceito facilmente identificável, permitindo a todos quantos lidam com esta matéria uma melhor compreensão do feixe de direitos que o exercício de tal atividade confere a todos quantos se encontram para o efeito habilitados. Assim, mais do que reconhecer verdadeiros novos direitos, é preocupação da lei nesta matéria aclarar alguns aspetos que até à presente data têm gerado controvérsia, clarificando-se, de uma vez por todas, que os administradores judiciais têm direito a ser nomeados de forma equitativa nos processos que sejam instaurados em matéria de revitalização e de insolvência, pondo-se termo a um conjunto de práticas que têm gerado alguma conflitualidade latente entre estes auxiliares da justiça.

Por outro lado, deixa-se expresso que os administradores judiciais têm direito a cartão identificador de modelo oficial, direito este que abre as portas do relacionamento destes auxiliares da justiça com a Administração Pública, em igualdade de circunstâncias àquelas que a lei já prevê, designadamente para os agentes de execução.

Na mesma linha, a presente proposta de lei passa também a prever num único preceito os principais deveres que incidem sobre os administradores judiciais, os quais se encontravam até agora mais ou menos dispersos pelo estatuto dos administradores da insolvência.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Quatro são, além do mais, as novidades que merecem destaque nesta matéria. Em primeiro lugar, estabelece-se que os administradores judiciais só devem aceitar os processos na medida da sua capacidade efetiva de resposta, procurando-se impedir a ocorrência de estrangulamentos indesejáveis e desnecessários, que só dificultam a marcha dos processos. Em segundo lugar, sujeita-se os administradores judiciais ao dever de contratarem seguro obrigatório de responsabilidade civil, procurando-se assegurar que os administradores judiciais transferem parte do risco da sua atividade para entidades com capacidade financeira para satisfazerem eventuais necessidades indenizatórias, em prol da tutela da confiança e da segurança jurídica de todos os envolvidos nos processos de revitalização e de insolvência. Em terceiro lugar, comete-se aos administradores judiciais o dever de pagarem as taxas relativas ao acompanhamento, fiscalização e disciplina que sejam estabelecidas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça, de molde a permitir que os custos com estes auxiliares da justiça sejam suportados de forma equitativa pelos mesmos, sendo este um corolário do princípio do utilizador/pagador, cujo respeito é essencial para que se assegure o bom funcionamento da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais. Por último, estabelece-se que os administradores judiciais devem frequentar as ações de formação contínua que sejam definidas pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina em regulamento próprio, estabelecendo-se que a referida entidade pode aprovar os protocolos que se mostrem necessários para que a formação em referência possa ser devidamente ministrada e operacionalizada, dando-se resposta a uma das observações referidas durante o processo de consulta já efetuado.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Em matéria de nomeação dos administradores judiciais nos processos especiais de revitalização e nos processos de insolvência passa a prever-se que o juiz, mesmo nos casos em que não possa recorrer ao sistema informático de designação aleatória de administradores judiciais, deve pugnar para que estes sejam nomeados para os processos de forma a respeitar-se um tratamento igual entre si. Procura-se assim dar resposta a uma aspiração da classe dos administradores judiciais, já por diversas vezes manifestada e que merece total acolhimento, e que passa por se garantir que os administradores judiciais sejam tratados por igual, visto que todos dispõem de formação para o exercício da sua atividade.

Em matéria sancionatória, são de destacar como traços inovatórios do regime ora consignado o facto de as competências até agora exercidas pela Comissão de Apreciação e Controlo da Atividade dos Administradores da Insolvência serem atribuídas à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, bem como a circunstância de tal entidade poder iniciar processo disciplinar ou de contraordenação com fundamento nos comportamentos violadores da lei que venha a detetar nesta matéria. Clarifica-se ainda a legislação que se deve subsidiariamente aplicar a cada um dos processos em questão, vindo dar resposta a um anseio manifestado pela Comissão de Apreciação e Controlo da Atividade dos Administradores da Insolvência sobre a temática da revisão do estatuto dos administradores da insolvência, ocasião em que foi manifestada a falta de clareza na determinação dos regimes a aplicar na falta de regras específicas previstas no estatuto dos administradores da insolvência. Preconiza-se, por consequência, que o estatuto disciplinar dos trabalhadores em funções públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro, se aplique subsidiariamente aos processos disciplinares instaurados contra os administradores judiciais, e que o regime geral do ilícito de mera ordenação social, constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de setembro, e 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro, se aplique aos



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

processos de contraordenação que sejam instaurados entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais.

É de assinalar que, se é certo que só se consagra uma única sanção de natureza exclusivamente disciplinar, a admoestação, reservada para violações de dever muito singelas, é também seguro que se reforçam de forma indiscutível as sanções de natureza contraordenacional previstas na presente lei, se confrontadas com o regime atualmente em vigor. É que foi por muitos invocado como um dos grandes problemas do estatuto dos administradores da insolvência a escassez de regras sancionatórias que punam de forma adequada e exemplar comportamentos ilícitos dos referidos administradores da insolvência.

É precisamente esta problemática que se procura atalhar, ao definir-se um regime que se assume bastante mais exigente que o anterior, mas que contribuirá para moralizar o exercício das funções de administrador judicial, seja na sua vertente de administrador judicial provisório, seja na de administrador da insolvência.

Associa-se à quebra dos deveres profissionais um desvalor que permite qualificar tais condutas como comportamentos ilícitos violadores da mera ordenação social e, por conseguinte, passíveis de gerar contraordenações.

A este propósito, faz-se notar que, se é certo que os limites máximos das coimas e as sanções acessórias previstos são, no mínimo, bastante sérios, também é seguro dizer-se que os administradores judiciais lidam com muito dinheiro, de terceiros, e devem por esse facto, atuar da forma mais diligente possível ou, se não o fizerem, têm de ser sancionados. Está em causa a necessidade de se assegurar a confiança nos mercados e afastar, ou na medida do possível, mitigar a possibilidade de comportamentos menos adequados.

Além do mais, consagra-se também a possibilidade de ser aplicada aos administradores judiciais indiciados da prática de condutas ilícitas sancionatoriamente relevantes, tanto ao nível disciplinar como ao nível contraordenacional, a medida da suspensão preventiva, salvaguardada que seja a audiência prévia do interessado, prevenindo-se a ocorrência ou a manutenção de práticas indesejáveis.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Por seu lado, a lei passa a consagrar alguns deveres de comunicação, a que estão obrigados, consoante os casos, os juízes, os credores, o devedor, e o Ministério Público, através dos quais se procura manter sempre informada a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais acerca dos factos que possam ser tidos em conta como indícios de violação dos deveres a que estão sujeitos os administradores judiciais no exercício das respetivas funções.

No domínio das remunerações dos administradores judiciais, há a referir algumas alterações que importa sublinhar.

Assim, passa a dispor-se que à remuneração fixa a que têm direito, acresce uma remuneração variável para os administradores judiciais provisórios e para os administradores da insolvência que almejem a aprovação de plano de recuperação.

Mais uma vez, estamos perante uma alteração que radica no pressuposto em que assenta toda a reforma do regime de insolvências e de recuperação de empresas operada pelo XIX Governo Constitucional, que procura privilegiar a recuperação de empresas em detrimento da sua liquidação, sendo notória a necessidade de se estimularem os administradores judiciais a promoverem, na medida do que lhes seja possível, a referida recuperação, também por via de incentivos remuneratórios que o potenciem.

Por outro lado, precisou-se na lei que os administradores da insolvência se podem recusar a elaborar o plano de insolvência se a remuneração que lhes for fixada pela assembleia de credores não for adequada para pagar os serviços subjacentes à elaboração do plano, dando-se assim resposta a mais um anseio da respetiva classe, no sentido de se dignificar o exercício da atividade.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

Estabelece-se além do mais um regime de pagamento da remuneração variável nos casos de apresentação e aprovação de plano de recuperação que pretende estimular a elaboração de planos efetivos de recuperação dos devedores neles visados, pois faz-se diferir para o termo do prazo de dois anos, volvidos sobre a aprovação do plano, o pagamento da última prestação remuneratória, a qual só será paga na íntegra se o devedor estiver a cumprir cabalmente o plano de recuperação que haja sido aprovado. De contrário, a remuneração variável deve ser reduzida de acordo com os parâmetros fixados na lei.

Por último, considerou-se vantajoso prever em diploma próprio o estatuto da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, uma vez que tal entidade deverá congrega também o controlo de outros auxiliares da justiça cujos estatutos respetivos prevejam a sua intervenção, pugnando-se assim pelo melhor aproveitamento dos recursos por via dos efeitos advenientes das economias de escala que podem emergir da consagração de uma única autoridade administrativa com valências no acompanhamento, fiscalização e disciplina dos referidos auxiliares da justiça.

Foram ouvidos o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a Comissão de Apreciação e Controlo da Atividade dos Administradores da Insolvência, a Ordem dos Advogados, a Câmara dos Solicitadores, a Associação Portuguesa dos Administradores Judiciais, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e a Comissão de Regulação de Acesso a Profissões.

Foi promovida a audição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, do Conselho dos Oficiais de Justiça, da Associação dos Oficiais de Justiça, do Sindicato dos Funcionários Judiciais e do Sindicato dos Oficiais de Justiça.

Assim:

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º

##### Objeto

A presente lei estabelece o estatuto do administrador judicial.

##### Artigo 2.º

##### Noção de administrador judicial

- 1 - O administrador judicial é a pessoa incumbida da fiscalização e da orientação dos atos integrantes do processo especial de revitalização, bem como da gestão ou liquidação da massa insolvente no âmbito do processo de insolvência, sendo competente para a realização de todos os atos que lhe são cometidos pelo presente estatuto e pela lei.
- 2 - O administrador judicial designa-se administrador judicial provisório, administrador da insolvência, ou fiduciário, dependendo das funções que exerce no processo, nos termos da lei.

### Capítulo II

#### Acesso à atividade

##### Artigo 3.º

##### Habilitação

- 1 - Podem ser administradores judiciais as pessoas que, cumulativamente:
  - a) Tenham uma licenciatura e experiência profissional adequadas ao exercício da atividade;
  - b) Frequentem estágio profissional promovido para o efeito;



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- c) Obtenham aprovação em exame de admissão especificamente organizado para avaliar os conhecimentos adquiridos durante o período de estágio profissional;
  - d) Não se encontrem em nenhuma situação de incompatibilidade para o exercício da atividade;
  - e) Sejam pessoas idóneas para o exercício da atividade de administrador judicial.
- 2 - Para os efeitos da alínea a) do número anterior, considera-se licenciatura e experiência profissional adequadas ao exercício da atividade aquelas que, apreciadas conjuntamente, atestem a existência de formação de base e experiência do candidato na generalidade das matérias sobre que versa o exame de admissão.

### Artigo 4.º

#### Incompatibilidades, impedimentos e suspeições

- 1 - Os administradores judiciais estão sujeitos aos impedimentos e suspeições aplicáveis aos juízes, bem como às regras gerais sobre incompatibilidades aplicáveis aos titulares de órgãos sociais das sociedades.
- 2 - Os administradores judiciais, enquanto no exercício das respetivas funções, não podem integrar órgãos sociais ou ser dirigentes de empresas que prossigam atividades total ou predominantemente semelhantes às de empresa que lhe seja confiada para gestão no âmbito do processo especial de revitalização, ou que se encontre compreendida na massa insolvente.
- 3 - Os administradores judiciais e os seus cônjuges e parentes ou afins até ao 2.º grau da linha reta ou colateral não podem, por si ou por interposta pessoa, ser titulares de participações sociais nas empresas referidas no número anterior.
- 4 - Os administradores judiciais não podem, por si ou por interposta pessoa, ser membros de órgãos sociais ou dirigentes de empresas em que tenham exercido as suas funções sem que hajam decorrido três anos após a cessação daquele exercício.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 5 - Não configura situação de incompatibilidade, impedimento ou suspeição, a nomeação de um mesmo administrador judicial para o exercício das respectivas funções em sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, quando o juiz o considere adequado à salvaguarda dos interesses das sociedades.

### Artigo 5.º

#### Idoneidade

- 1 - Cada candidato a administrador judicial deve emitir, aquando da sua candidatura ao exercício da atividade, declaração escrita, dirigida à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, atestando que dispõe da aptidão necessária para o exercício da mesma, e que conduz a sua vida pessoal e profissional de forma idónea.
- 2 - Entre outras circunstâncias, considera-se indiciador de falta de idoneidade para o exercício da atividade o facto de a pessoa ter sido:
- a) Condenada com trânsito em julgado, no País ou no estrangeiro, por crime de furto, roubo, burla, burla informática e nas comunicações, extorsão, abuso de confiança, recetação, infidelidade, falsificação, falsas declarações, insolvência dolosa, frustração de créditos, insolvência negligente, favorecimento de credores, emissão de cheques sem provisão, abuso de cartão de garantia ou de crédito, apropriação ilegítima de bens do sector público ou cooperativo, administração danosa em unidade económica do sector público ou cooperativo, usura, suborno, corrupção, tráfico de influência, peculato, receção não autorizada de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, prática ilícita de atos ou operações inerentes à atividade seguradora ou dos fundos de pensões, fraude fiscal ou outro crime tributário, branqueamento de capitais ou crime previsto no Código das Sociedades Comerciais ou no Código dos Valores Mobiliários;



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- b) Declarada, nos últimos 15 anos, por sentença nacional ou estrangeira transitada em julgado, insolvente ou julgada responsável por insolvência de empresa por ela dominada ou de cujos órgãos de administração ou fiscalização tenha sido membro.
- 3 - O disposto no número anterior não impede que a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais considere qualquer outro facto como indiciador de falta de idoneidade para o exercício da atividade.
- 4 - A verificação da ocorrência dos factos descritos no n.º 2, não impede a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais de considerar, de forma fundamentada, que estão reunidas as condições de idoneidade para o exercício da atividade de administrador judicial, tendo em conta, nomeadamente, o tempo decorrido desde a prática dos factos.

### Artigo 6.º

#### Listas oficiais de administradores judiciais

- 1 - Para cada comarca existe uma lista de administradores judiciais, contendo o nome, o domicílio profissional, o endereço de correio electrónico e o telefone profissional das pessoas habilitadas a exercer tal atividade na respetiva comarca.
- 2 - Se o administrador judicial for sócio de uma sociedade de administradores judiciais, a lista deve conter, para além dos elementos referidos no número anterior, a referência àquela qualidade e a identificação da respetiva sociedade.
- 3 - A manutenção e atualização das listas oficiais de administradores judiciais, bem como a sua colocação à disposição dos tribunais, preferencialmente por meios electrónicos, cabem à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 4 - As listas oficiais de administradores judiciais são públicas e disponibilizadas de forma permanente no Portal Citius.
- 5 - A inscrição nas listas oficiais não investe os inscritos na qualidade de agente nem garante o pagamento de qualquer remuneração fixa por parte do Estado.

### Artigo 7.º

#### Inscrição no estágio

- 1 - A inscrição no estágio é solicitada à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, mediante requerimento acompanhado dos seguintes elementos:
  - a) Curriculum vitae;
  - b) Certificado de licenciatura;
  - c) Certificado do registo criminal;
  - d) Declaração sobre o exercício de qualquer outra atividade remunerada e sobre a inexistência de qualquer das situações de incompatibilidade previstas na presente lei;
  - e) Declaração de idoneidade;
  - f) Declaração da sua situação financeira, com a discriminação de proveitos auferidos e encargos suportados à data da declaração;
  - g) Atestado médico a que se referem os n.ºs 6 e 7 do artigo 12.º, no caso de o candidato ter 70 anos completos;
  - h) Documento em que o interessado identifica as listas de administradores judiciais que pretende integrar no primeiro ano de atividade;
  - i) Qualquer outro documento que o candidato considere relevante para instruir a sua candidatura.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais pode solicitar ao interessado qualquer outro documento que repute como necessário para prova dos factos declarados.
- 3 - Compete à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais determinar o momento de realização do estágio e fixar o número de candidatos ao estágio a ministrar em cada processo de recrutamento de administradores judiciais, devendo para o efeito atender às necessidades efetivas de recursos humanos para o exercício da atividade.
- 4 - A entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais fixa, por regulamento, os critérios a observar na seleção dos candidatos ao estágio, sendo o referido regulamento publicado no Portal Citius, em simultâneo com o anúncio de abertura do processo de recrutamento, com, pelo menos, trinta dias de antecedência face à data do início do estágio.
- 5 - O candidato ao estágio, bem como o administrador judicial que venha a ser admitido para o exercício da atividade, deve manter atualizada a informação prestada à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina da sua atividade no momento da sua candidatura, devendo, contudo, ser anualmente atualizada a informação a que se refere a alínea f) do n.º 1.

### Artigo 8.º

#### Formação inicial e estágio

- 1 - O estágio referido na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, constituindo a fase inicial de formação dos candidatos a administradores judiciais, tem a duração de seis meses, competindo a sua organização à entidade com habilitação para ministrar o ensino ou para prestar formação profissional, sob o controlo da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 2 - O estágio tem uma componente teórica e uma componente prática.
- 3 - A componente teórica do estágio tem a duração de dois meses e a componente prática tem a duração de quatro meses.
- 4 - A componente prática do estágio traduz-se no acompanhamento por um patrono do estagiário que pretende inscrever-se como administrador judicial, devendo aquele transmitir a este os conhecimentos práticos e as regras deontológicas existentes que devem ser observados no exercício da atividade.
- 5 - Compete à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais proceder à nomeação de patrono a cada um dos candidatos que se encontrem validamente inscritos no estágio.

### Artigo 9.º

#### Exame de admissão

- 1 - O exame de admissão, realizado no termo do estágio a que se refere o artigo anterior, consiste numa prova escrita, elaborada pela entidade incumbida de organizar o estágio e aprovada pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, sobre as seguintes matérias:
  - a) Direito comercial e Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas;
  - b) Direito processual civil e direito do trabalho;
  - c) Contabilidade e fiscalidade;
  - d) Economia e gestão de empresas;
  - e) Regras éticas e deontológicas a observar no exercício de funções de administrador judicial, as quais são definidas em regulamento aprovado pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, ouvidas as associações representativas dos administradores judiciais; e
  - f) Prática da atividade de administrador judicial.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 2 - A data de realização do exame é publicada no Portal Citius, com um mínimo de quatro meses de antecedência sobre a sua realização e de 30 dias de antecedência face ao início do estágio.
- 3 - Considera-se aprovação no exame de admissão a obtenção de uma classificação igual ou superior a 10 valores, numa escala de 0 a 20 valores.
- 4 - Os resultados do exame e a lista de classificação dos candidatos a administrador judicial são publicados no Portal Citius, no prazo de 10 dias após a realização do exame.

### Artigo 10.º

#### Inscrição nas listas oficiais

- 1 - Em caso de aprovação no exame de admissão, a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, no prazo de cinco dias, após a publicação dos resultados do exame referido no artigo anterior e da lista de classificação dos candidatos, inscreve os candidatos nas listas oficiais.
- 2 - Cada candidato pode inscrever-se em mais do que uma lista oficial, havendo uma lista por cada comarca.

## CAPÍTULO III

### Direitos e deveres dos administradores judiciais

#### Artigo 11.º

#### Direitos dos administradores judiciais

No exercício das suas funções, os administradores judiciais gozam dos direitos a:

- a) Equiparação aos agentes de execução nas relações com os órgãos do Estado, nomeadamente no que concerne ao acesso e à movimentação nas instalações dos tribunais, conservatórias e serviços de finanças;



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- b) Possuir documento de identificação profissional emitido pelo Ministério da Justiça, nos termos a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, que atesta a qualidade de administrador judicial;
- c) Distribuição equitativa das nomeações nos processos, a qual deve ser assegurada, preferencialmente, através de meios electrónicos.

### Artigo 12.º

#### Deveres

- 1 - Os administradores judiciais devem, no exercício das suas funções e fora delas, considerar-se servidores da justiça e do direito e, como tal, mostrar-se dignos da honra e das responsabilidades que lhes são inerentes.
- 2 - Os administradores judiciais, no exercício das suas funções, devem atuar com absoluta independência e isenção, estando-lhes vedada a prática de quaisquer atos que, para seu benefício ou de terceiros, possam pôr em crise, consoante os casos, a recuperação do devedor, ou, não sendo esta viável, a sua liquidação, devendo orientar sempre a sua conduta para a maximização da satisfação dos interesses dos credores em cada um dos processos que lhes sejam confiados.
- 3 - Os administradores judiciais só devem aceitar as nomeações efetuadas pelo juiz, caso disponham dos meios necessários para o efetivo acompanhamento dos processos em que são nomeados.
- 4 - Os administradores judiciais devem comunicar, preferencialmente, por via electrónica, à entidade responsável pelo seu acompanhamento, fiscalização e disciplina, bem como ao juiz do processo, a recusa de aceitação de qualquer nomeação fundada na inexistência de meios, devendo a referida entidade, de imediato, impedir a ocorrência de novas nomeações.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 5 - Os administradores judiciais devem comunicar, preferencialmente por via eletrônica, com a antecedência mínima de 15 dias, aos juízes dos processos em que se encontrem a exercer funções e à entidade responsável pelo seu acompanhamento, fiscalização e disciplina, qualquer mudança de domicílio profissional, bem como a informação atinente ao novo domicílio.
- 6 - Os administradores judiciais que tenham completado 70 anos de idade devem fazer prova, mediante atestado médico, que possuem aptidão para o exercício da atividade.
- 7 - O atestado a que se refere o número anterior é apresentado, preferencialmente por via eletrônica, à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais no mês seguinte àquele em que o administrador judicial completar 70 anos, devendo ser apresentado novo atestado de idêntico teor a cada dois anos.
- 8 - Os administradores judiciais devem contratar seguro de responsabilidade civil obrigatório que cubra o risco inerente ao exercício das suas funções, sendo o montante do risco coberto definido em portaria do membro do Governo responsável pela área da justiça, e devem remeter, de imediato, preferencialmente por meios eletrônicos, à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina da sua atividade, cópias dos contratos celebrados, bem como comprovativos da sua renovação, sempre que tal se justifique.
- 9 - Os administradores judiciais estão sujeitos ao pagamento das taxas devidas à entidade responsável pelo seu acompanhamento, fiscalização e disciplina, a fixar por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 10 - Os administradores judiciais devem frequentar as ações de formação contínua definidas pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina da sua atividade em regulamento próprio desta entidade, competindo à mesma estabelecer os protocolos que julgue necessários para esse efeito, designadamente, com universidades, centros de formação profissional legalmente reconhecidos e com as associações representativas dos administradores judiciais.
- 11 - Ao subcontratar qualquer entidade nos processos para os quais é nomeado, designadamente para efeitos de alienação de ativos, o administrador judicial deve celebrar com o subcontratante um contrato escrito no qual, expressamente, se definam, entre outros, o objeto contratual e os deveres e os direitos que assistem a ambas as partes.
- 12 - Os administradores judiciais devem fornecer à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina, a informação necessária que possibilite a avaliação do seu desempenho, nos termos definidos pela referida entidade.

### Capítulo IV

#### Atividade dos administradores judiciais

#### Artigo 13.º

#### Nomeação dos administradores judiciais

- 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 53.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, apenas podem ser nomeados administradores judiciais aqueles que constem das listas oficiais de administradores judiciais.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 52.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a nomeação a efetuar pelo juiz processa-se por meio de sistema informático que assegure a aleatoriedade da escolha e a distribuição em idêntico número dos administradores judiciais nos processos.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

3 - Não sendo possível ao juiz recorrer ao sistema informático a que alude o número anterior, este deve pugnar por nomear os administradores judiciais de acordo com os princípios vertidos no presente artigo, socorrendo-se para o efeito das listas a que se refere a presente lei.

### Artigo 14.º

#### Exercício de funções

Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 12.º, os administradores judiciais exercem as suas funções por tempo indeterminado e sem limite máximo de processos.

### Artigo 15.º

#### Suspensão do exercício de funções

- 1 - Os administradores judiciais podem suspender o exercício da sua atividade pelo período máximo de dois anos, mediante requerimento dirigido, preferencialmente por via eletrónica, à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina.
- 2 - Sendo requerida nova suspensão do exercício de funções pelo mesmo administrador judicial, esta apenas pode ser concedida depois de decorridos pelo menos três anos após o termo da primeira suspensão.
- 3 - Sendo deferido o pedido de suspensão, o administrador judicial deve, por via eletrónica, comunicá-lo aos juízes dos processos em que se encontra a exercer funções, para que se proceda à sua substituição.
- 4 - O administrador judicial substituído deve prestar toda a colaboração necessária que seja solicitada pelos administradores judiciais que o substituam.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 16.º

#### Escusa e substituição do administrador judicial

- 1 - A todo o tempo, o administrador judicial pode pedir escusa de um processo para o qual tenha sido nomeado pelo juiz, em caso de grave e temporária impossibilidade de exercício de funções.
- 2 - O pedido de escusa é apreciado pelo juiz, sendo comunicado à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais juntamente com a respetiva decisão, com vista à eventual instauração de processo disciplinar ou de processo de contraordenação.
- 3 - Se a nomeação ou a escolha de administrador judicial o colocar em alguma das situações de impedimento ou de incompatibilidade previstos na presente lei, o administrador judicial deve comunicar imediatamente esse facto ao juiz do processo, requerendo a sua substituição.
- 4 - Se, em qualquer momento, se verificar alguma circunstância suscetível de revelar falta de idoneidade, o administrador judicial deve comunicar imediatamente esse facto aos juízes dos processos em que tenha sido nomeado, requerendo a sua substituição.
- 5 - Os juízes devem comunicar qualquer pedido de substituição que recebam dos administradores judiciais à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais.
- 6 - O administrador judicial substituído deve prestar toda a colaboração necessária que seja solicitada pelos administradores judiciais que o substituam.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Capítulo V

#### Regime sancionatório

#### Artigo 17.º

#### Competências sancionatórias

- 1 - Compete à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais instruir os processos disciplinares e os processos de contraordenação relativos ao exercício de funções dos administradores judiciais, bem como punir as infrações por estes cometidas.
- 2 - Ao processo disciplinar dos administradores judiciais aplica-se, subsidiariamente e com as necessárias adaptações, o estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovado em anexo à Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro.
- 3 - Aos processos de contraordenação instaurados contra administrador judicial aplica-se, subsidiariamente, o regime geral do ilícito de mera ordenação social, constante do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 356/89, de 17 de outubro, 244/95, de 14 de setembro, e 323/2001, de 17 de dezembro, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de dezembro.

#### Artigo 18.º

#### Processo disciplinar

- 1 - A entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais pode, por deliberação fundamentada e na sequência de processo disciplinar:
  - a) Suspender preventivamente o administrador judicial contra o qual tenha sido instaurado processo disciplinar ou contraordenacional, até à decisão dos referidos processos, a fim de prevenir a ocorrência de factos ilícitos;



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- b) Admoestar, por escrito, o administrador judicial que tenha violado de forma leve os deveres profissionais a que está adstrito nos termos dos presentes estatutos e da lei;
- c) Instaurar processo de contraordenação, aplicando-se, neste caso, as sanções mencionadas no artigo seguinte.

2 - A aplicação de qualquer uma das sanções previstas no número anterior é sempre precedida de audiência do interessado.

3 - A instauração de processo disciplinar interrompe os prazos de prescrição das contraordenações eventualmente praticadas, iniciando-se a contagem dos prazos na data de decisão do processo disciplinar.

### Artigo 19.º

#### Contraordenações

- 1 - O exercício de funções de administrador judicial em violação do preceituado nos artigos 4.º ou 5.º, bem como o exercício de funções durante o período de suspensão ou após o cancelamento da inscrição, constitui contraordenação, punível com coima de € 2 500 a € 250 000.
- 2 - A violação pelo administrador judicial dos deveres previstos nos n.ºs 2 e 10 do artigo 12.º, por ação ou omissão por ele praticada, constitui contraordenação, punível com coima de € 5 000 a € 500 000.
- 3 - A violação de qualquer dever de informação previsto no presente estatuto ou na lei a cujo cumprimento esteja adstrito o administrador judicial, constitui contraordenação, punível com coima de € 1 000 a € 50 000.
- 4 - A violação de qualquer outro dever previsto no presente estatuto ou na lei a cujo cumprimento esteja obrigado o administrador judicial, constitui contraordenação, punível com coima de € 1 000 a € 25 000.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 20.º

#### Regime

- 1 - Os ilícitos de mera ordenação social previstos na presente lei são imputados a título de dolo ou de negligência.
- 2 - A negligência é punível, sendo os limites mínimo e máximo das coimas previstas no artigo anterior reduzidos para metade.
- 3 - A tentativa é punível com a coima aplicável à contraordenação consumada, especialmente atenuada.
- 4 - A determinação da coima concreta e das sanções acessórias faz-se em função da ilicitude concreta do facto, da culpa do agente, dos benefícios obtidos e das exigências de prevenção.
- 5 - Na determinação da ilicitude concreta do facto e da culpa das pessoas atende-se, entre outras, às seguintes circunstâncias:
  - a) O perigo ou o dano causados ao devedor e aos credores do processo em que o facto foi praticado;
  - b) O carácter ocasional ou reiterado da infração;
  - c) A existência de atos de ocultação tendentes a dificultar a descoberta da infração;
  - d) A existência de atos do agente destinados a, por sua iniciativa, reparar os danos ou obviar aos perigos causados pela infração;
  - e) Intenção de obter, para si ou para outrem, um benefício ilegítimo ou de causar danos.
- 6 - Na determinação da sanção aplicável são ainda tomadas em consideração a situação económica e a conduta anterior do agente.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 7 - Sempre que o ilícito de mera ordenação social resulte da omissão de um dever, o pagamento da coima ou o cumprimento da sanção acessória não dispensam o infrator do cumprimento daquele, se tal ainda for possível.
- 8 - Cumulativamente com as coimas, podem ser aplicadas aos responsáveis por qualquer contraordenação, além das previstas no regime geral do ilícito de mera ordenação social, as seguintes sanções acessórias:
- a) Apreensão e perda do objeto da infração, incluindo o produto do benefício obtido pelo infrator através da prática da contraordenação;
  - b) Interdição temporária do exercício pelo infrator da atividade de administrador judicial;
  - c) Inibição do exercício de funções de administração, direção, chefia ou fiscalização de quaisquer pessoas coletivas e, em geral, de representação de quaisquer pessoas ou entidades;
  - d) Publicação pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, a expensas do infrator e em locais idóneos para o cumprimento das finalidades de prevenção geral do sistema jurídico, da sanção aplicada pela prática da contraordenação;
  - e) Cancelamento da inscrição para o exercício da atividade de administrador judicial.
- 9 - As sanções referidas nas alíneas b) e c) do número anterior não podem ter duração superior a cinco anos, contados da decisão condenatória definitiva.
- 10 - A publicação referida na alínea d) do n.º 8 pode ser feita na íntegra ou por extrato, conforme for decidido pela entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 11 - As sociedades de administradores judiciais respondem solidariamente pelo pagamento das coimas, das custas e dos demais encargos com o processo em que forem condenados os seus sócios.
- 12 - O produto das coimas previstas no artigo anterior é distribuído da seguinte forma:
- a) 60% para o Estado;
  - b) 40% para a entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais.

### Artigo 21.º

#### Deveres de comunicação

- 1 - A destituição do administrador da insolvência pelo juiz, nos termos do artigo 56.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, é sempre comunicada por este à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, tendo em vista a eventual instauração de processo disciplinar ou de processo de contraordenação.
- 2 - O juiz, os credores, o devedor e o Ministério Público devem ainda comunicar à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais a violação reiterada por parte destes de quaisquer outros deveres a que os mesmos estejam sujeitos no âmbito do processo especial de revitalização ou do processo de insolvência, para eventual instauração de processo disciplinar ou de processo de contraordenação.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### CAPÍTULO VI

#### Remuneração e pagamento do administrador judicial

##### Artigo 22.º

##### Remuneração do administrador judicial

O administrador judicial tem direito a ser remunerado pelo exercício das funções que lhe são cometidas, bem como ao reembolso das despesas necessárias ao cumprimento das mesmas.

##### Artigo 23.º

##### Remuneração do administrador judicial provisório ou do administrador da insolvência nomeado por iniciativa do juiz

- 1 - O administrador judicial provisório em processo especial de revitalização ou o administrador da insolvência em processo de insolvência nomeado por iniciativa do juiz tem direito a ser remunerado pelos atos praticados, de acordo com o montante estabelecido em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da justiça e da economia.
- 2 - O administrador judicial provisório ou o administrador da insolvência nomeado por iniciativa do juiz auferirá ainda uma remuneração variável em função do resultado da recuperação do devedor ou da liquidação da massa insolvente, cujo valor é o fixado nas tabelas constantes da portaria referida no número anterior.
- 3 - Para efeito do disposto no número anterior, em processo especial de revitalização ou em processo de insolvência que envolva a apresentação de um plano de recuperação que venha a ser aprovado, considera-se resultado da recuperação o valor determinado com base no montante dos créditos a satisfazer aos credores integrados no plano, conforme tabela específica constante da portaria referida no n.º 1.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 4 - Para efeitos do n.º 2, considera-se resultado da liquidação o montante apurado para a massa insolvente, depois de deduzidos os montantes necessários ao pagamento das dívidas dessa mesma massa, com exceção da remuneração referida no n.º 1 e das custas de processos judiciais pendentes na data de declaração da insolvência.
- 5 - O valor alcançado por aplicação das tabelas referidas nos n.ºs 2 e 3 é majorado, em função do grau de satisfação dos créditos reclamados e admitidos, pela aplicação dos fatores constantes da portaria referida no n.º 1.
- 6 - Se, por aplicação do disposto nos números anteriores, a remuneração exceder o montante de € 50 000 por processo, o juiz pode determinar que a remuneração devida para além desse montante seja inferior à resultante da aplicação dos critérios legais, tendo em conta, designadamente, os serviços prestados, os resultados obtidos, a complexidade do processo e a diligência empregue no exercício das funções.

### Artigo 24.º

#### Remuneração do administrador da insolvência nomeado ou substituído pela assembleia de credores

- 1 - Sempre que o administrador da insolvência for nomeado pela assembleia de credores, o montante da remuneração é fixado na mesma deliberação que procede à nomeação.
- 2 - O administrador da insolvência nomeado pelo juiz, que for substituído pelos credores, nos termos do n.º 1 do artigo 53.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, tem direito a receber, para além da remuneração determinada em função dos atos por si praticados, o valor resultante da aplicação das tabelas referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior, em função do resultado da recuperação do devedor, ou do produto percebido pela massa insolvente fruto das diligências por si efetuadas, proporcionalmente ao montante total apurado para satisfação de créditos recuperados, sendo o valor assim calculado reduzido a um quinto.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 25.º

Remuneração pela gestão de estabelecimento compreendido na massa insolvente

- 1 - Quando competir ao administrador da insolvência a gestão de estabelecimento em atividade compreendido na massa insolvente, cabe ao juiz fixar-lhe a remuneração devida até à deliberação a tomar pela assembleia de credores, nos termos do n.º 1 do artigo 156.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.
- 2 - Na fixação da remuneração prevista no número anterior, deve o juiz atender ao volume de negócios do estabelecimento, à prática de remunerações seguida na empresa, ao número de trabalhadores e à dificuldade das funções compreendidas na gestão do estabelecimento.
- 3 - Caso os credores deliberem, nos termos referidos no n.º 1, manter em atividade o estabelecimento compreendido na massa insolvente, devem, na mesma deliberação, fixar a remuneração devida ao administrador da insolvência pela gestão do mesmo.

### Artigo 26.º

Remuneração pela elaboração do plano de insolvência

Caso os credores deliberem, na assembleia referida no n.º 1 do artigo anterior, instruir o administrador da insolvência no sentido de elaborar um plano de insolvência, devem, na mesma deliberação, fixar a remuneração devida pela elaboração deste, podendo o administrador da insolvência recusar-se a elaborar o plano se considerar que a remuneração que lhe seja fixada não é adequada.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### Artigo 27.º

#### Remuneração do administrador judicial provisório no processo de insolvência

A fixação da remuneração do administrador judicial provisório, nos termos do n.º 2 do artigo 32.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, deve respeitar os critérios enunciados no n.º 2 do artigo 25.º, bem como ter em conta a extensão das tarefas que lhe são confiadas.

### Artigo 28.º

#### Remuneração do fiduciário

A remuneração do fiduciário corresponde a 10% das quantias objeto de cessão, com o limite máximo de € 5 000 por ano.

### Artigo 29.º

#### Pagamento da remuneração do administrador da insolvência

- 1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 52.º e no n.º 7 do artigo 55.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a remuneração do administrador da insolvência e o reembolso das despesas são suportados pela massa insolvente, salvo o disposto no artigo seguinte.
- 2 - A remuneração prevista no n.º 1 do artigo 23.º é paga em duas prestações de igual montante, vencendo-se a primeira na data da nomeação e a segunda seis meses após tal nomeação, mas nunca após a data de encerramento do processo.
- 3 - A remuneração determinada nos termos do n.º 3 do artigo 23.º é paga em duas prestações de igual valor, sendo a primeira liquidada no momento da aprovação do plano e a segunda dois anos após a aprovação do plano, caso o devedor continue a cumprir regularmente o plano aprovado.
- 4 - Caso o devedor deixe de cumprir o plano aprovado, o valor da segunda prestação é reduzido para um quinto.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 5 - A remuneração variável relativa ao produto da liquidação da massa insolvente é paga a final, vencendo-se na data de encerramento do processo.
- 6 - A remuneração pela gestão de estabelecimento integrado na massa insolvente, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º, é suportada pela massa insolvente e, prioritariamente, pelos proventos obtidos com a exploração do estabelecimento.
- 7 - Sempre que a administração da massa insolvente seja assegurada pelo devedor, nos termos dos artigos 223.º a 229.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a remuneração prevista no n.º 2 e a provisão para despesas referida no número seguinte são por este retiradas da massa insolvente e entregues ao administrador da insolvência.
- 8 - A provisão para despesas equivale a um quarto da remuneração fixada na portaria referida no n.º 1 do artigo 23.º e é paga em duas prestações de igual montante, sendo a primeira paga imediatamente após a nomeação e a segunda após a elaboração do relatório pelo administrador da insolvência, nos termos do artigo 155.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.
- 9 - Nos casos em que a administração da massa insolvente ou a liquidação fiquem a cargo do administrador da insolvência e a massa insolvente tenha liquidez, os montantes referidos nos números anteriores são diretamente retirados por este da massa.
- 10 - Não se verificando liquidez na massa insolvente, é aplicável o disposto no n.º 1 do artigo seguinte relativamente ao pagamento da provisão para despesas do administrador da insolvência.
- 11 - No que respeita às despesas de deslocação, apenas são reembolsadas aquelas que seriam devidas a um administrador da insolvência que tenha domicílio profissional na comarca em que foi instaurado o processo de insolvência, ou nas comarcas limítrofes.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 12 - Os credores podem igualmente assumir o encargo de adiantamento da remuneração do administrador da insolvência ou das respetivas despesas.
- 13 - A massa insolvente deve reembolsar os credores dos montantes adiantados nos termos dos números anteriores logo que tenha recursos disponíveis para esse efeito.

### Artigo 30.º

Pagamento da remuneração do administrador da insolvência suportada pelo organismo responsável pela gestão financeira e patrimonial do Ministério da Justiça

- 1 - Nas situações previstas nos artigos 39.º e 232.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a remuneração do administrador da insolvência e o reembolso das despesas são suportados pelo organismo responsável pela gestão financeira e patrimonial do Ministério da Justiça.
- 2 - Nos casos previstos no artigo 39.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a provisão a adiantar pelo organismo referido no número anterior, é metade da prevista no n.º 8 do artigo anterior, sendo paga imediatamente após a nomeação.
- 3 - Se o devedor beneficiar do diferimento do pagamento das custas, nos termos do n.º 1 do artigo 248.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, o pagamento da remuneração e o reembolso das despesas são suportados pelo organismo referido no n.º 1, na medida em que a massa insolvente seja insuficiente para esse efeito.
- 4 - Nos casos previstos no artigo 39.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, a remuneração do administrador da insolvência é reduzida a um quarto do valor fixado pela portaria referida no n.º 1 do artigo 23.º
- 5 - Para efeitos do presente artigo, não se considera insuficiência da massa a mera falta de liquidez.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

### CAPÍTULO VII

#### Disposições finais e transitórias

##### Artigo 31.º

#### Entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais

A entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais rege-se por diploma próprio.

##### Artigo 32.º

#### Disposições transitórias

- 1 - No prazo de 60 dias após a data da entrada em vigor da presente lei, os administradores da insolvência, inscritos nas listas previstas na Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto, que demonstrem exercício efetivo das respetivas funções e que respeitem os requisitos previstos nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 3.º, podem requerer a inscrição nas listas oficiais de administradores judiciais.
- 2 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se exercício efetivo de funções de administrador da insolvência o exercício das respetivas funções em, pelo menos, dois processos de insolvência nos últimos dois anos.
- 3 - O requerimento de inscrição é dirigido à entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, devendo ser instruído com os elementos necessários para demonstrar o cumprimento dos requisitos mencionados no n.º 1, bem como com a prova documental do exercício efetivo da atividade, nos termos do número anterior.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

- 4 - A entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais deve, no prazo de 10 dias após o termo do período previsto no n.º 1, publicar no Portal Citius as listas oficiais de administradores judiciais.
- 5 - Até à publicação das listas oficiais referidas no número anterior no Portal Citius, os administradores da insolvência inscritos nas listas oficiais previstas pela Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto, exercem as funções de administradores judiciais, sendo todas as nomeações efetuadas de entre os inscritos nas mencionadas listas, incidindo sobre os administradores da insolvência especialmente qualificados para a prática de atos de gestão as nomeações para processos em que seja previsível a existência de atos dessa natureza que requeiram especiais conhecimentos nessa área.
- 6 - É extinta a comissão de apreciação e controlo da atividade dos administradores da insolvência a que se refere o artigo 12.º da Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto, permanecendo esta em funções até à data de tomada de posse dos membros do órgão de direção da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, cujos estatutos são regulados por diploma próprio.
- 7 - Até à tomada de posse dos membros do órgão de gestão da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais, a comissão de apreciação e controlo da atividade dos administradores da insolvência assegura a marcha dos processos instaurados ou a instaurar contra os administradores da insolvência, podendo praticar os atos de gestão corrente que se mostrem necessários.
- 8 - Os membros da comissão de apreciação e controlo da atividade dos administradores da insolvência devem prestar toda a colaboração aos órgãos da entidade responsável pelo acompanhamento, fiscalização e disciplina dos administradores judiciais a que se refere a presente lei.



## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

---

9 - Até à entrada em vigor da lei que aprovar a reforma judiciária atualmente em curso, a unidade territorial de base às listas de administradores judiciais referidas na presente lei é o distrito judicial.

### Artigo 33.º

#### Norma revogatória

É revogada a Lei n.º 32/2004, de 22 de julho, alterada pela Lei n.º 34/2009, de 14 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 282/2007, de 7 de agosto.

### Artigo 34.º

#### Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de outubro de 2012

O Primeiro-Ministro

O Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares